ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – ADUFMAT – SEÇÃO SINDICAL, REALIZADA NO DIA 06 DE MARÇO DE 2020. Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte (às 13:30h em primeira chamada e às 14:00h em segunda chamada), professores se reuniram em assembleia geral ordinária da ADUFMAT para discutir os seguintes pontos de pauta**: 1- Informes; 2- Análise de conjuntura; 3- Ofício 08/2020 do MEC; 4- Processo eleitoral na UFMT - MP 914: um direito a menos; 5- Contratação de um publicitário pra ADUFMAT.** Foi apresentada a proposta de pauta: 1- Informes; 2- Análise de conjuntura; 3- Ofício 08/2020 do MEC; 4- Processo eleitoral na UFMT - MP 914: um direito a menos; 5-Contratação de um publicitário para a ADUFMAT-Ssind. A mesa perguntou se havia pedido de inclusão de novo ponto de pauta, não havendo manifestação. A diretoria encaminhou inserção de ponto de pauta referente à apreciação da pauta mínima, sendo aprovado. Passou-se aos informes. O professor Roberto Boaventura apresentou informe sobre a reunião do consuni. Informou recurso sobre cobrança do teatro universitário para que não houvesse cobrança da comunidade interna. Foi aprovado a não cobrança. A ADUFMAT, por outro lado, deverá pagar pela utilização do espaço do teatro universitário. Aldi informa atividade na praça Ulisses Guimarães, às 16h, sendo a ADUFMAT parte da construção do dia 8. Aldi informa compra dos materiais deliberados pelo CLM, as camisas estarão prontas dia 18. Haverá reunião com as demais entidades, no SINTEP na próxima segunda-feira para finalizar a construção do ato. Haverá a construção de um documento unificado mostrando o posicionamento das entidades. Informa também reunião com Evandro, o atual reitor, para saber a posição da reitoria sobre a eleição. O reitor informou que vai manter a decisão dos conselhos e, enquanto não houver caso novo, não chamará os conselhos para debater o tema. Lelica apresenta informes sobre a organização do 8 de maio. A professora Lelica informa que outdoor 600. A professora Marluce informa reunião do Consuni sobre o orçamento. A reitora nomeou uma comissão de relatores da proposta da Proplan, sem que isso passasse pelo Consuni. A intervenção de Robertinho e Marluce, expondo o constrangimento de uma decisão autoritária da reitoria, o prof. Roberto informa que sugeriu a aprovação da comissão no âmbito do Consuni, mas que se discutisse o conteúdo dessa relatoria e que isso não se repetisse. Marluce divergiu quanto à proposta. Passamos para o ponto de pauta, análise de conjuntura. O professor Breno pede para registrarmos o ocorrido em Minas Gerais, da execução de um dos coordenadores do MTST. Um dos fatos que nos deixam muito preocupados sobre o comportamento de órgãos da PM no ataque aos movimentos

sociais e seus militantes. A professora Marluce informa que houve reunião de congregação na quarta-feira. O professor Evandro iniciou sua apresentação afirmando que estabeleceu outras relações políticas e cita, inclusive, o deputado federal Medeiros, o mesmo que atacou a reitora na época do corte de energia. O professor Evandro informou que agora daria outro tom à sua gestão. Tais articulações foram avaliadas como preocupantes. Na reunião do Consuni ele manteve o mesmo comportamento desrespeitoso ao regimento e estatuto, com posturas autoritárias que era característico da reitora Mirian, apesar dos apelos. A professora Alair Silveira também de manifesta, mostrando os tempos difíceis que vivemos dentro e fora. Vivemos os tempos de sobressaltos cotidianos. Tem medo de ler os jornais, com notícias cada vez mais surpreendentes e angustiantes. Há dois episódios que exigem reflexão: o episódio das bananas, com sua reiteração e hostilidade à impressa, no momento em que o PIB foi anunciado com resultados baixos e o presidente resolve distribuir bananas aos jornalistas mostra um desrespeito mais que aos jornalistas, e sim aos desempregados. O chamamento do dia 15 de março se reveste de uma gravidade impressionantes. É o presidente da república autorizando publicamente o chamado ao fechamento dos outros dois poderes do Estado. Isso tem uma gravidade impressionante. Os chamados, com fotos de militares. Surpreende quando vemos essas manifestações populares sobre esse chamamento e surpreende que não só a atitude (um circo sem pão), as pessoas encaram isso com naturalidade e devemos prestar atenção sobre o que ocorrerá no dia 15. Os atos do dia 8 e do dia 14 são contrapontos ao dia 15, ao qual deveremos estar atentos. O professor Reginaldo afirma que os próximos dias serão divisor de águas: se bolsonaristas demonstrarem força no dia 15, o cenário será muito difícil. Eles estão tentando criar as condições para aprofundar....já temos o exemplo do assassinato do militante em MG. Se nos governos petistas isso já ocorria, agora se acirra. É um contexto muito duro, sobretudo para os que colocam sua própria vida em risco. As mulheres do MST estarão até domingo em Brasília, em um encontro nacional das mulheres do MST. Sobre os conselhos, há uma prática de não obediência ao estatuto e regimentos dos conselhos. Isso era cotidiano na gestão do Evandro e da Myrian. O consuni reconhece o erro de nomeação da comissão sem aval do plenário dos conselheiros. Na apresentação, eles não mostram a defasagem dos cortes de recursos. O professor Sanchez se manifesta sobre a necessidade da revolução. Afirma da necessidade de ampliação da leitura e parabeniza a nota da adufmat sobre a nota publicada em relação à renúncia da reitora. A reitora é responsável pela não continuidade do pagamento dos 28% e do procurador. Não sabe o que é pior para o país: um presidente corrupto ou cornupto. Lula

afirmou que nem na ditadura militar a constituição foi tão desrespeitada como agora. Ainda não chegamos a esse cenário. Se deixarmos esse processo continuar, não conseguiremos agir. Precisamos avaliar os caminhos a serem percorridos. O fim da universidade vem de muito tempo. Mesmo que tenhamos uma constituinte exclusiva e soberana para avaliar as reformas.....Na frente, a única alternativa para retroceder a etapas anteriores será um processo revolucionário. Por dentro não temos por onde modificar. A violência contra o povo brasileiro será brutal, a volta por cima somente será mediante um processo revolucionário. O que será melhor ou pior para o país? Lula livre ou lula preso? A professora Sirlei se manifesta sobre a chacota do chifre, que isso escamoteia, desvia o foco do que é necessário. Estamos em uma crise profunda, com o empobrecimento da classe média. Além disso, começarão a sentir isso mais ainda com os descontos no mês de março, com as alíquotas novas da reforma da previdência, no bojo da retirada de direitos dos trabalhadores. Estamos efetivamente no Estado Policial: quem tem a hegemonia desse Estado Polical não são as forças armadas, mas o aparato paralelo, a milícia. Dentro da oficialidade da polícia militar há o exercício de funções de milícia e aí está o perigo. Há projetos individuais e não de Estado. E isso é fascismo. Temos as táticas convencionais como se tivéssemos sociedade civil contra as forças armadas, mas eles não são nosso principal inimigo. Se não levarmos isso em consideração, erraremos na avaliação da correlação de forças. Gramsci denunciou o papel das milícias na Itália do Mussolini. Precisamos pensar mais sistematicamente sobre isso. A professora Raquel informa que o aumento do autoritarismo do Estado fragiliza também o autoritarismo institucional local, capilarizado nos espaços da universidade também. Não podemos deslocar a luta do enfrentamento ao projeto ultraliberal da luta contra as milícias do Estado. No Ceará, o processo foi capitaneado pelas milícias. Foi nas milícias que se fortaleceu o projeto bolsonarista. Estão se fortalecendo as instituições paramilitares. Para finalizar, temos Bolsonaro chamando 15 de março. A vitória pode ser mostrar a capacidade de resistência. Não deixaremos passar em branco, resistiremos. Precisamos construir agora o caminho de resistência. É importante analisar que há um certo consenso nas forças políticas que disputam o Estado brasileiro e que não se pautam na transformação social, da necessidade de aprofundar o projeto neoliberal. O discurso de aprofundamento das reformas é um consenso e isso já era incorporado pelo PT, com os governadores desse partido aprovando a contrarreforma universitária e da previdência. É importante entender que não virá desses setores a ameaça ao governo Bolsonaro. Eles não se sentirão lesados em seus interesses econômicos com o autogolpe do Bolsonaro. A resposta virá da organização da classe trabalhadora em luta. Os ataques

aos fundos públicos tem consolidado o ataque às universidades públicas. Os outros países já venceram essa batalha, aqui ainda resistimos. Manter a universidade pública é estratégico inclusive para uma luta revolucionária de construção do poder popular. Atuar dentro das instituições não irá garantir essa luta. A burguesia em sua dominação sempre abre mão das regras do jogo, quando seus interesses entram em cheque. A defesa das liberdades democráticas é uma tarefa da classe como uma tática, não como um fim em si mesmo. O professor Caron afirma que algumas análises convergem sobre o projeto econômico de Bolsonaro de intensificar a acumulação. De fato, ele tem sido um governo que é um fardo para a burguesia. Os empresários brasileiros aceitam a depreciação do capital brasileiro. Se olharmos para esse projeto, suas vitórias não são absolutas. A previdência se mantém pública, eles não conseguiram tirar tudo da constituição. O projeto não conseguiu ser implementado conforme Guedes queria. Temos, ao menos o caráter de uma previdência pública. A derrota do future-se foi uma das grandes conquistas. Mesmo os departamentos de viés de direito, seduzidos para ruptura da DE e privatização não tiveram fôlego. Nossas mobilizações foram pontuais mas conseguimos vencer o future-se. Os ataques vêm de outra forma, mas foi derrotado. A reforma administrativa está pegando pesado na redução do salário e fim da estabilidade. Se nos concentrarmos na luta pela estabilidade e contra redução do salário, teremos a consolidação de uma posição na qual a direita não terá condições de mobilização. Esse cenário de derrota da reforma administrativa pode ser um sinal para virada de pêndulo. O professor Reginaldo destaca que tem sido rotineiro nossas reitorias não respeitarem o Estatuto nem os Regimentos. É papel do Consuni e Consepe elaborar e deliberar sobre o orçamento. Em uma armação de faz de conta, o Evandro tenta aprovar o trabalho de uma comissão que, estranhamente, nomeia vários problemas no orçamento e mesmo assim pede aprovação. Deu-se a ideia de que isso ocorreria pela primeira vez, mas isso ocorre desde ano passado. A professora Marluce relata que em após 13/02, havia a decisão de que não se instalaria colégio eleitoral para eleição de reitores. Apareceu no sistema um recurso de um estudante, assinado por 4 ou 5 professores, que se apresentam como requerentes, de Barra do Garças, pedindo outra reunião dos conselhos para instalar as comissões e instalar o processo eleitoral. Houve invasão de professores na reunião de congregação pedindo renúncia da Diretora do ICHS ou que ela tirasse sua assinatura do pedido de instalação da reabertura. O professor Breno informa sobre a reunião com o reitor na quarta-feira, na qual ele informa que convidou os diretores para se apresentar informalmente. Ele inicia se apresentando como novo reitor e que agora se sente mais livre para dar seu próprio tom à gestão. Falou do orçamento, apresentou esclarecimentos.

Sobre o orçamento, na hora da discussão, acabou a luz: mas ele disse que nesse momento ele se encontra numa situação ambígua – persegue a galinha e há facções criminosas de dois lados; que tentaria amenizar os impactos do ofício do MEC, mas não detalhou. A mesa encaminha o pedido de reabertura de inscrição para análise de conjuntura e a nota de repúdio ao assassinato de militante do MTST. Alair encaminha nota de rechaço ao dia 15 e chamado ao dia 18. Colocou-se em votação o pedido de reabertura das inscrições para análise de conjuntura. Resultado: 1 voto contrário em Barra e 3 contrários em Sinop; Cuiabá 8 favoráveis e 4 contrários. Com empate, se reabre a votação: Barra 1 voto contrário; Sinop, dois contrários e 1 abstenção. Ao final. 8 favoráveis, 11 contrários e 5 abstenções. Foi aprovado por aclamação a nota de repúdio ao assassinato do militante do MTST. A professora Raquel fala de uma reunião do CLM em que foi tirado a decisão de uma nota em convocação ao 8 de março e 18 de março. Ela ficou responsável pela nota mas não saiu resposta das outras entidades. Sugere que essa nota deveria ter saído desde terça-feira e afirma que não teve resposta. Maelison propõe aproveitar a nota da professora Raquel. A professora Alair sugere fazer panfletagem para distribuir nas guaritas, segunda pela manhã e terça pela manhã. O professor Maelison encaminha mobilização sobre o que fazer no 18M. Para atividades dentro do campus, precisamos defender que o SINTUF não feche a portaria. Se não fechar os portões, poderemos realizar esse evento. Reginaldo afirma que os técnicos não costumam fazer duas atividades no mesmo dia. Eles não colocam corpo para duas atividades. Ainda que seja melhor pensar uma atividade interna, apoio o fechamento da guarita. Após debates sobre um evento na adufmat ou um ato na guarita, aprovou-se construir junto às entidades, a construção de uma atividade na universidade pela manhã. Colocado em vo.2tação, 6 votos a favor, 11 contrários e 1 abstenção, em Cuiabá. Araguaia 1 voto contra; Sinop 4 abstenções. A professora Marluce destaca que o fechamento da guarita prejudica planejar ato para dia 18. Aprovou-se que, caso as entidade organizem ações para 18M, aderiremos, porém, não proporemos nada. A professora Lelica faz informa sobre a ação das mulheres para o 8M, com uma agenda comum, em frente ao shopping. No dia 14 de março haverá um ato em bairros. A ADUFMAT recebeu convite para organização de um Samba das pretas, pedindo para politizar esse espaço. Haverá uma retomada das histórias de mulheres que sofreram feminicídio, pelo mote do ato nesse ano ser contra a violência contra as mulheres, além de destacar as mulheres que se destacam. A ADUFMAT assumiu essa exposição. Dos sindicatos, a ADUFMAT é um dos mais envolvidos. Passa-se à discussão sobre o ofício do MEC que congela as progressões. Ontem o secretário de Gestão de Pessoas não manifestou posição

sobre isso. Mas já temos professores com progressões não pagas. O setor jurídico vai se reunir e decidirão como proceder. O professor Reginaldo se manifesta sobre o tema. Destaca que é taticamente mais importante entrar com recursos na justiça regional que ações nacionais. Ele encaminha que deveremos tomar posições e cobrar a reitoria, visto que a reitoria aplica a decisão. Devemos lutar contra isso agora. Nem mesmo as férias estão garantidas. A reitoria prometeu se posicionar e não o fez. Devemos tomar posição aqui. O reitor da UFTPR afirma que não perderemos esse direito, que poderemos recorrer. Deveremos ser duros nessa questão, abrir diálogo e entrar na justiça caso ele resolva não aplicar a demanda. Reginaldo afirma que há reitorias propondo fechamento de cursos por falta de professores. Afirma que é o momento de por o pé na porta. Garantiu-se, um ano depois, o ganho dos professores. Já há casos e devemos utilizar para mobilização do dia 18. Daremos o prazo para a reitoria até o dia 14 dar uma resposta. Segundo Sirlei, o ofício trata da discussão do orçamento e dotação financeira do Estado. Marluce afirma que tudo envolve o orçamento. O tema não apareceu oficialmente para a direção, mas não se concorda com a redução dos recursos em relação a 2019. Se o dinheiro não foi suficiente para 2019, imagine agora. A UFMT está em situação crítica em que o conserto de uma porta envolve um enorme trabalho. Em 2020, teremos 977 milhões, dos quais 696 milhões são para despesa com pessoal. Apenas 78 milhões estão disponibilizados para todas as outras ações. Não foi detalhado esse recurso. A professora Marluce afirma que o setor jurídico do ANDES deverá marcar posição. O professor Cláudio afirma que estamos vivendo a consequência da reforma da previdência que foi feita a custo de acordos de emendas parlamentares que cujos recursos estão sendo retirados da universidade. Essa é uma tática para nos produzir uma resignação. Devemos judicializar direitos que estão garantidos em lei e que não podem ser retirados mediante ofício. Lelica afirma que o que está ocorrendo é responsabilidade nossa também. Em 2016 houve pedido de solidariedade para que entrássemos em greve de solidariedade aos estudantes e não entramos em greve contra a EC 95. Esse é um tapa na nossa cara por não termos lutado contra a EC 95. Encaminha um debate das consequências da EC 95 na carreira docente e na universidade. Alair se manifesta com preocupação na aposta das medidas judiciais. O próprio STF tem desrespeitado a lei ao não reconhecer os direitos com alegações de limites da LRF. Se considerarmos as medidas provisórias, verificamos que é um ataque dos três poderes. Temos que ter duas frentes de ação: 1) traduzir as questões numa campanha junto aos professores. Temos que investir nisso. 2) Fortalecer uma frente com parlamentares com os quais ainda é possível uma frente em defesa do serviço público; 3)

organização dos professores universitários para compreenderem o que está ocorrendo. Fazer uma campanha para compreender e agir contra o conjunto desses ataques. Todas as vezes que judicializamos, perdemos. O governo joga com isso para dividir a categoria: dá para uns e outros não o ganho das causas. Perdemos força politicamente com a judicialização. Isso é um termômetro para medir nossa capacidade de reação. O orçamento é uma previsão de gastos, mas nunca sabemos a diferença entre o que se planeja gastar e o que efetivamente foi gasto. O sindicato deve munir com informações sobre isso. Encaminhamentos:1) debate sobre a EC 95; Prazo até dia 14 para a reitoria apresentar a resposta, antes da judicialização. Estudar o orçamento de 2019, a diferença entre previsto e o executado e o que foi previsto para 2020. Marluce encaminha que convidemos a PROAD para manifestar exposição sobre o ofício 008/2020 e esclarecimentos sobre o orçamento. Alair sugere que o estudo do orçamento ocorra desde 2014 até 2019. Deveremos retomar a questão dos cortes. Aqueles reitores que decidiram cumprir os direitos dos trabalhadores, deverão ser utilizados para exigir uma posição política do reitor. Marluce encaminha assembleia docente entre os dias 16 e 17 para avaliar reunião do setor. Foram aprovados em bloco os seguintes encaminhamentos: 1)realizar um evento sobre os impactos da EC 95; 2) aguardar até 14/03 para judicializar localmente os cortes de progressões da reitoria; 3) Construir mobilização para conscientizar os docentes sobre os ataques à carreira; 4) encaminhar ao setor das IFE a proposta de fortalecimento de articulações com a frente parlamentar em defesa dos serviços públicos; 5) Realizar um evento com a PROAD sobre o debate orçamentário na UFMT; 6) Encaminhar um ofício à reitoria solicitando informações sobre despesas com pessoal, desde 2014 até 2020, especificando o planejado com o executado, foi aprovado por contraste, com duas abstenções. Em relação à assembleia, no dia 17/03, o professor Reginaldo pontuou o recesso como ponto de dificuldade para realizar assembleia, não sendo essa uma cultura da ADUFMAT. Afirma que é tenso o debate de greve e que seria melhor esperar o retorno das aulas. É desgastante para a direção chamar assembleia em período de recesso. Alair se manifesta preocupante alguns argumentos: consenso de que esta será uma das greves mais difíceis, duradouras e com punições. As primeiras medidas serão corte de ponto. Temos que construir as condições da greve já que elas não estão dadas. É preciso construí-las. Não adianta querer cumprir um prazo à força. Precisamos ser consequentes, não propor data. Após debates, favoráveis e contrários, colocou-se duas propostas uma contra a outra: 1) Que se convoque assembleia 17 ou 18 para avaliar a reunião do setor; que a diretoria avalie a conveniência. 4 votos pela proposta 1 e 13 votos pela proposta 2. Alair sugere que

avaliemos e aprovemos a pauta mínima da greve. Aprovou-se pelo adiamento do ponto de pauta referente à eleição da universidade. Seguiu-se o debate de contratação de publicitário e já deixar contratado espaço em outdoor e busdoor em Cuiabá e no interior. Foi perguntado sobre o rateio em relação a Cuiabá interior. Alair propõe que as despesas com o outdoor sejam rateadas 40% e 60% para sub-seção e sede, respectivamente. Em regimente de votação foi aprovado por unanimidade. A professora Alair levanta a discussão quanto à proporção do pagamento, por que não estava claro sobre a votação em bloco. Após debates, resolve-se votar duas propostas: 1) Rateadas 40% e 60% para sub-seção e sede, respectivamente; 2) que a diretoria e diretores de subseção discutam e deliberem. Após votação, ganhou a proposta de tatear 40% e 60%, sub-sede e sede, respectivamente. Após esse ponto, passa-se a discutir a pauta mínima: 1 - Em defesa da Universidade Pública, Gratuita, Laica, de Qualidade, Democrática e Socialmente Referenciada: pela revogação da MP 914 e contra o projeto Future-se; 2- Em defesa da autonomia administrativa, financeira e didático- científica (art. 207 da CF/1988); 3 - Contra a Reforma Administrativa: em defesa do Serviço Público e da Carreira Docente; 4- Reposição das perdas salariais e garantia de paridade entre ativos e aposentados; 5- Revogação da Emenda Constitucional 95/2016 e recomposição dos investimentos para educação. O professor Maelison sugere inclusão da luta contra o ofício do MEC 008/2020. Raquel e Alair esclarecem que já está contemplado na pauta mínima proposta. Aldi pergunta por que é necessário enviar proposta de pauta mínima. Alair responde que é necessário para orientar a deliberação de nossos delegados lá e nossa campanha. Marluce defende que enviemos dois delegados. Raquel e Leonardo reforçam a necessidade de garantir a pauta mínima cujos itens finais serão aprovados na reunião do setor. O professor Caron sugere a provação de uma data unificada de deflagração, com definição de quantitativo mínimo de campus para deflagração. A professora Alair responde que a data referência aprovada no congresso foi 18 de março. Também encaminha a indicação da Raquel como delegado representando a base. O professor Bertúlio defende a ida de 3 pessoas para a reunião do setor das IFE. A professora Marluce chama atenção para que os representantes levem ata da assembleia assinada. Alair faz uma questão de ordem: não podemos discutir data, sendo que a última assembleia decidiu não aprovar data e, como não está na pauta dessa assembleia, não podemos votar data e o delegado deverá se abster quanto à data. O professor Leonardo sugere que seria interessante aprovar uma indicação de entrada unificada e o professor Reginaldo argumenta que isso já seria contemplado no debate e que o nosso delegado, pela assembleia anterior, deveria se abster de votar em data. Coloca-se em discussão o

encaminhamento do Bertúlio sobre mandar mais de duas pessoas da base. Alair intervém que foi deliberado em assembleia enviar para setor duas pessoas, garantindo um membro da base. Foi aprovado o nome da professora Raquel de Brito Sousa e Armando Tafner. A professora Marluce manteve o encaminhamento do Caron de que o delegado, mesmo que tenha que se abster em votação quanto a data, deverá defender que a entrada seja em uma data unificada com o maior número possível de AD. Nada mais tendo a tratar, às 19:00 horas foi encerrada a AG, que contou com a presença de 26 professores em Cuiabá, 3 no Araguaia e 10 em Sinop, conforme assinatura nos livros de presença da Sede e das Subseções Araguaia e Sinop, pelo Presidente da Mesa Aldi Nestor de Souza e Maelison Silva Neves, que lavrei e assinei a presente Ata. Maelison Silva Neves